

RECEBI O ORIGINAL

Em: 23/05/2025

Wagner de Santos



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

LICENÇA AMBIENTAL ÚNICA DE SUPRESSÃO VEGETAL N.º 033/2025

Empresa/Interessado: MB Incorporadora de Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.		
Endereço p/correspondência: Rodovia Manoel Urbano, km 2,5, Lote 05-B,, Iranduba-AM		CEP:
CNPJ/CPF: [REDACTED].291.730/[REDACTED]	Inscrição Estadual (SEFAZ-AM):	
Fone: ([REDACTED]) [REDACTED]30-46/[REDACTED]26-40	E-mail: [REDACTED].com	
Processo nº: 019400/2023-40	ASV decorrente da LI N.º: 020/2025	
Modalidade do Projeto no SINAFLOR: Uso Alternativo do Solo - UAS		
Recibo SINAFLOR: 21319535	Área a ser suprimida: 10,7842 ha	
Registro No IPAAM: 1007.2321	Compensação Ambiental: NA	
Nome do Empreendimento: Quintas de Bela Vista		
Volumetria Autorizada (dados do Inventário Florestal) 2.440,2939 st de lenha (diversas)		
Finalidade: Autorizar a supressão da vegetação em uma área de 10,7842 ha, visando a implantação de um loteamento.		
Potencial Poluidor/Degradador: NA	Porte: Médio	Validade: 01 Ano
Responsável Técnico pela Elaboração/Execução: Marcelo Renan de Oliveira Teles		
Anotação de Responsabilidade Técnica-ART: AM20230397968 chave: Y2Y0C		

DADOS DO IMÓVEL/TERRENO

Proprietário do Imóvel: MB Incorporadora de Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	
CPF/CNPJ: [REDACTED].291.730/[REDACTED]	CAR: Não se aplica
Área do Imóvel: 10,7842 ha	
Localização: Estrada Manoel Urbano, km 2,5, Lote 05-B, Cacau Pirera, Município de Iranduba-AM	

Coordenadas geográficas de referência (Datum SIRGAS 2000):

Ponto	Longitude	Latitude	Ponto	Longitude	Latitude
M-9	3°10'17,6510"S	60°06'24,9228"W	M-7	3°10'22,3939"S	60°06'21,5943"W
M-8A	3°10'17,5311"S	60°06'22,4356"W	M-11	3°10'53,8668"S	60°06'20,7856"W
M-7A	3°10'22,4197"S	60°06'22,3078"W	M-10	3°10'53,9999"S	60°06'24,0232"W

Manaus-AM,

23 MAI 2025

Maria Luziene da Silva Alves
Diretora Técnica

Gustavo Picanço Feitoza
Diretor Presidente

IMPORTANTE:

- Fica expressamente proibido o transporte do material, sem o Documento de Origem Florestal - DOF
- O uso irregular desta LAU implica na sua invalidação, bem como nas sanções previstas na legislação;
- Este Documento não contém emendas ou rasuras;
- Este Documento deve permanecer no local da exploração para efeito de fiscalização (frente e verso)
- O volume autorizado não quita volume pendente de reposição florestal;
- Os dados técnicos do projeto são de inteira responsabilidade do responsável técnico

www.ipaam.am.gov.br
twitter.com/lpaamAM1
instagram.com/@ipaamam
facebook.com/@ipaamAM

gabinete@ipaam.am.gov.br
Fone:(92) 2123-6721 / 2123-6731
Av. Mario Ypiranga, 3280, Parque
Dez, CEP: 69050-030 - Manaus/AM

Instituto de Proteção
Ambiental do Amazonas
IPAAM

RESTRICÕES E/OU CONDICIONANTES DE VALIDADE DESTA LICENÇA: LAU-SV N.º 033/2025

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei n.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental Única deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 dias, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei n.º.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado;
4. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens;
5. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal;
6. A presente Autorização de Supressão Vegetal - ASV está sendo concedida com base nas informações constantes no processo n.º 019400/2023-40, e nas peças técnicas cadastradas no SINAFLOOR;
7. Manter integral as Areas de Preservação Permanente, conforme estabelecido a Lei n. ° 12.651/12 e 12.727/2012.
8. Proteger o solo e os cursos d'água da contaminação por substâncias tóxicas (combustíveis, óleos, graxas, inseticidas, agrotóxicos, tintas e outros);
9. Em caso de solicitação de renovação, o executor deve apresentar relatório parcial da supressão da vegetação executada conforme Termo de Referência deste OEMA com a respectiva ART do profissional habilitado.
10. Fica proibida a interrupção dos cursos d'água, quando da construção das vias de acesso para transposição na área.
11. Esta LAU de Supressão Vegetal autoriza somente a extração das espécies e volumetria listadas;
12. Fica expressamente proibido o corte da andiroba (*Carapa guianensis*; *Carapa paraense*) e copaíba (*Copaifera trapezifolia hayne*; *Copaifera reticulata*; *Copaifera multijuga*), de acordo com o Decreto Estadual n.25.044/05;
13. Não são passíveis de exploração para fins madeireiros a Castanheira (*Bertholletia excelsa*) e a Seringueira (*Hevea spp.*), em florestas naturais, primitivas ou regeneradas, conforme estabelece o Decreto Federal n.º 5.975/06.
14. A doação de produtos da volumetria autorizada não dispensa o transporte sem o Documento de Origem Florestal –DOF.
15. Após a emissão da AUTEEX e posterior declaração de corte no SINAFLOOR, os créditos dos produtos ficarão disponíveis no DOF para destinação.
16. Os créditos de Reposição Florestal serão cadastrados no CPF/CNPJ do detentor da LAU, ou caso solicitado via requerimento no ato do protocolo, para terceiros indicados pelo detentor da licença.
17. A saída de matéria prima do empreendimento cujo transporte seja considerado econômica ou logisticamente inviável deverá ser devidamente justificada.
18. Confirmados os indícios de comercialização irregular de créditos no sistema DOF será procedido a Suspensão e/ou Cancelamento da LAU e respectiva AUTEEX.
19. O interessado deve apresentar relatório final da atividade de supressão da vegetação com a respectiva ART do profissional habilitado contendo as seguintes informações: número de indivíduos retirados, volume, comprovação da destinação do material vegetal, coordenadas geográficas, registro fotográfico e outras informações pertinentes no prazo de validade da licença;
20. **Não é permitida a realização de queimada na área objeto desta autorização.**